

DISCURSO E COGNIÇÃO: “ENTRE AS BRUMAS DA MEMÓRIA”

Fernanda Miranda Menéndez

Na semana do 5 de Outubro, quando vinha a caminho da Faculdade, reparei, por mero acaso, num jornal que se encontrava em exposição no quiosque da esquina. Tratava-se do “A República”, sendo o seu director António José de Almeida. Num primejro momento estranhei...qualquer coisa ali não batia certo. Do fundo da memória vinham nomes e imagens aprendidas há longo tempo atrás. Seria uma reedição dos primeiros números do jornal em recordação da efeméride comemorada nessa mesma semana? Resolvi adquiri-lo. Tratava-se, afinal, de uma reposição do título, mantendo-se contudo o cabeçalho de há oitenta e nove anos. Lá dentro, entre outros dedicados mais ou menos ao reviver do passado hoje, um dos artigos chamou-me particularmente a atenção, mais pelo nome e pelo tom que pelo conteúdo. Intula-se “Entre as brumas da memória”, e é a ele, mais do que ao nosso hino, que se deve o subtítulo que escolhi.

Mas que tem a memória a ver com discurso e cognição? Tudo, segundo penso. Antes de o explicar, porém, devo dizer que desde há três anos me sinto atraída pelas teorias que tendem a explicar a produção comunicativa pela existência de modelos na dependência dos quais ela se realiza. Dito assim, parece redutor. E a própria palavra

“modelo” tem tendência a reenviar-nos para as teorias de modelização do espírito segundo um mecanismo computadorizado. Nestas teorias, nomeadamente na de FORSTER 1976, o espírito humano é comparado a um sistema de ficheiros constituído por um principal e vários periféricos, organizados segundo determinadas propriedades mais relevantes das palavras que os compõem. Essas propriedades seriam agrupadas segundo critérios ligados à compreensão da linguagem: fonéticos, fonológicos, ortográficos, morfológicos, sintácticos, semânticos e pragmáticos.

Também MATTHEI e ROOPER 1996 descrevem o processo como um mecanismo computadorizado, em que a entrada de cada palavra no ficheiro principal dispara todas as informações necessárias ao seu reconhecimento, ao passo que a sua entrada nos ficheiros periféricos suscita uma descrição segundo as respectivas características destes (as tais componentes fonológicas, morfológicas, sintáctico, semânticas, etc.). Este modelo aproxima-se mais do que habitualmente se pensa do que preconiza a existência de estruturas cognitivas armazenadas na memória (cit. por GOSSELIN 1997: 101), estruturas que incluem o léxico mental, os esquemas de relações sintácticas, os esquemas actanciais e os scripts, entre outros).

Ambas as teorias supõem que a significação linguística se resume a três pontos (GOSSELIN: op. cit., 102). São eles:

1. A existência de um léxico mental disponível na memória de cada indivíduo.
2. A activação da memória após estímulo exterior (audição ou leitura).
3. A sua natureza composicional no plano psicológico.

É também Gosselin que refere que esta concepção psicologista da significação “prend généralement des énoncés hors contexte, voire des mots isolés, sans envisager les phénomènes d’interaction verbale et les stratégies discursives d’ajustement du sens” (ibidem).

Na generalidade, admite-se que na compreensão de enunciados estão activos dois tipos de processos cognitivos: processos de identificação e processos de interpretação, os quais podem operar a diferentes níveis – a nível dos signos, das estruturas, das forças ilocucionárias, etc. Mas enquanto a identificação parte de elementos pré-conhecidos pelo sujeito, a interpretação visa a construção de uma representação,

que pode ser diferente das que ele conhecia anteriormente. Deste modo, parece necessário ao sujeito dispor dos dois processos para a realização dos seus actos comunicativos. Tal posição, porém, não é pacífica entre os vários investigadores do tema, levando muitos a excluir do campo exclusivamente linguístico o problema da interpretação. Os que preconizam a sua importância, e que, na sequência de Grice, defendem o modelo inferência, em que “comunicar é interpretar indícios” (SPERBER e WILSON 1989:13), são frequentemente acusados de limitarem os estudos ao campo da pragmática.

Não me cabe a mim discutir da validade das diversas teorias. Limito-me a uma constatação: todas elas se baseiam, essencialmente, em estruturas lexicais e, quer sejam interactivistas ou modularistas, sente-se que muito está ainda por dizer. Sente-se, também, que todas as teorias parecem rezear o aventurar-se para além do enunciado.

Então, e o “contexto”? Qual o papel dele nas teorias cognitivistas? Uma vez que a significação é encarada como resultado de uma selecção dos traços pertinentes de uma palavra, e esquecimento dos não pertinentes, parece importante ter em consideração o contexto em que surgem os itens lexicais. ANDERSON 1995 cita uma experiência de Warren e Warren 1970 que demonstra o modo como o contexto condiciona a reconstituição de um fonema omissivo numa palavra. Dadas as seguintes frases:

It was found that the *eel was on the axle
It was found that the *eel was on the shoe.
It was found that the *eel was on the orange.
It was found that the *eel was on the table.

Os sujeitos reconstituíram-nas do seguinte modo:

It was found that the wheel was on the axle
It was found that the heel was on the shoe.
It was found that the peel was on the orange.
It was found that the meal was on the table.

As reconstituições foram, como se vê, dependentes do contexto.

Por este motivo, muitas vezes o contexto é referido apenas na sua função ligada à desambiguação. Mas estas experiências baseiam-se

em constructos isolados de um contexto comunicativo mais alargado. Tomado, porém, no seu sentido lato, o “contexto” abrange, ao mesmo tempo, os aspectos linguísticos (o “cotexto”, designado por “texte alentour” por FUCHS 1988) e os aspectos extralinguísticos (abrangendo os conhecimentos e as crenças que os indivíduos possuem, assim como os diversos factores em que ocorre cada situação de comunicação). As informações de todos estes factores em interacção permitem ao indivíduo produzir uma representação em memória.

GUMPERZ 1989 refere que os locutores definem a interacção em termos de quadro ou esquema identificável e familiar (GUMPERZ 1989: 27). O esquema é “un princeps organisateur du processus de interprétation” (ibidem). Trata-se do aproveitamento de uma noção utilizada em primeiro lugar pelo inglês Henry Head nos anos vinte, e retomada em 1932 por Frederick BARTLETT, um psicólogo gestaltista que trabalhava sobre a percepção, e que considerava os esquemas como “modelos activos de desenvolvimento”.

A experiência em que Bartlett se baseou foi a seguinte: Contou uma história tradicional de uma tribo índia canadiana a indivíduos ingleses. Estes foram incentivados a recontarem a história em diferentes momentos posteriores à sua audição. Ao analisar os resultados, Bartlett verificou que os sujeitos analisados tinham tendência para substituir, com o passar do tempo em relação à audição da história, os referentes culturais índios pelos seus próprios referentes culturais. Concluiu por isso que os sujeitos, quando lêem uma história que não encaixa nos seus próprios esquemas, têm uma forte tendência para a distorcer de forma a ficar neles enquadrada. Daqui surgiu a “teoria dos esquemas”, os quais podem ser considerados conjuntos de factos como as crenças. Os sujeitos usam os esquemas para inferir que certos elementos não observáveis e não mencionados devem estar presentes. Parece que os esquemas são o mecanismo principal para elaborar materiais durante o estudo e para a activação da memória durante os testes escolares (ANDERSON 1995: 219). Esta teoria tem sido usada pelos que consideram importante o papel da memória na constituição do discurso.

Sendo considerada por COOK 1994 (15-20) como um dos contributos para a **Análise do Discurso**, a “teoria do esquema” é uma das linhas que me parecem mais interessantes. Nela, o *esquema* é “uma representação mental de instâncias de referência usadas no processamento do discurso, para prever e criar o sentido da instância parti-

cular nele descrita”¹. Há, portanto, uma relação bi-unívoca entre o discurso produzido e o esquema que possibilita a sua produção em termos de significado, sendo a mente “estimulada quer pelos itens linguísticos, que funcionam como chave, e que estão presentes no texto, quer pelo contexto”². Ou seja, para mim, e é nisto que aproveito a “teoria dos esquemas” para a análise que realizo, o discurso ao ser produzido está envolvido num duplo acto – o da sua inscrição num esquema prévio, supra individual, que funciona como memória colectiva de modelos de referência (próximo daquilo a que MAINGUE-NEAU 1991 chama **arquivo**, seguindo FOUCAULT 1969), e o modo como a sua realização vai alterar esse mesmo esquema.

A memória é objecto de um grande número de teorias nomeadamente as correntes connexionistas. Estas defendem que a informação não está localizada num sítio preciso, estando repartida pelo conjunto do sistema, no interior de uma rede de neurónios (TIBERGHIEEN 1999:207). Tiberghien refere que, segundo esta teoria:

Les représentations sémantiques ne sont donc pas conservées dans la mémoire mais sont la résultante de l’interaction entre les circonstances de l’étape de mémorisation et les conditions de la récupération: le sens n’est pas stocké en mémoire, mais il “émerge” des règles de fonctionnement épisodiques de la mémoire.

(TIBERGHIEEN 1999:207)

Tendo isto em conta, realizei, com a colaboração dos meus alunos, de Análise do Discurso I, uma pequena experiência. Convidados a realizar actos de concretização textual a partir de estímulos diferentes de inserção em discurso, os sujeitos analisados corresponderam positivamente sempre que o estímulo os enquadrava num esquema discursivo específico. Não se verificou o mesmo resultado quanto a estímulos difusos, sem inserção num esquema discursivo definido.

Eis então a experiência: foi pedido a indivíduos da mesma faixa etária e com sensivelmente as mesmas condições de inserção socio-discursiva que realizassem actos de textualização como concretização de discurso, tendo-lhes sido fornecidos como esquemas de referência

¹ Cf. COOK 1994: 11.

² Cf. *ibidem*

os “tipos” de discurso: “crónica política”, “quadra popular”, “panfleto” e “anúncio publicitário”. Em outra ocasião, foi-lhes contada uma história tradicional portuguesa, tendo-lhes sido pedido uma concretização textual mais ou menos livre (dado que o estímulo exercido pela narração da história podia constituir, por si, a inclusão num esquema discursivo). Na centena e meia de exemplos recolhidos verifica-se que:

1. Nos casos das produções textuais resultantes de um estímulo definido, todas as respostas obedecem a um esquema comum. Isto é, sendo diferentes quanto às soluções encontradas pelos diversos alunos, quer em extensão quer em tema escolhido para objecto de cada exemplar, todas as produções apresentam o mesmo recorte semântico segundo a sua inserção no esquema proposto. Por exemplo, todos os “panfletos” realizados apresentam um conjunto de operadores semânticos e argumentativos que servem um fim reivindicativo, enquanto que os “anúncios publicitários” utilizam preferencialmente os que servem fins económicos, ligados à aquisição de bens de consumo (mesmo se se tratar de bens intelectuais).

2. Nos casos das produções textuais resultantes de estímulos difusos os resultados são, como já antes deixei subjacente, diferentes entre si, quer no género textual escolhido por cada sujeito para levar a cabo a realização da tarefa proposta, quer na actualização de operadores. De facto, não se verificam, por exemplo, coincidências nas escolhas de operadores semânticos e, tendo fins diversos, também não há qualquer unidade em relação aos operadores argumentativos.

Arriscaria dizer que se confirma a experiência de Landré e Friemel 1998 citada por Ghiglione 1999:28, a qual levou este autor a dizer que “os sujeitos confrontados com uma tarefa de produção discursiva, em que se devia: – descrever os acontecimentos, – recontar o desenvolvimento de uma história, – exprimir uma opinião, utilizam de forma diferenciada os operadores.” Ghiglione refere também que esse seu estudo levou a perceber que, em vez de analisar os operadores segundo uma caracterização prévia, melhor seria verificar que diferentes fins eles visam segundo a utilização de cada autor.

Ora esta diferenciação foi efectivamente realizada pelos sujeitos analisados, falhando apenas quando não se encontraram perante uma directiva discursiva específica. Porém, não se tratou apenas de uma

diferenciação individual, antes de uma utilização comum pelos diversos sujeitos (com excepção de um que, por ter vindo recentemente de outra comunidade discursiva, não se integrou ainda na que estava a ser analisada) segundo se sentiram integrados em cada um dos esquemas discursivos pedidos. Parece-me que se pode, por isso, colocar a hipótese de que, para além das operações cognitivas ligadas à selecção do léxico, existe um mecanismo baseado em moldes discursivos que estarão subjacentes a todos os indivíduos inseridos numa mesma comunidade discursiva. Esse mecanismo será uma forma de memória, provavelmente uma memória discursiva individual que se alimenta da memória discursiva colectiva, e que, através das produções textuais dela resultantes, contribui para o enriquecimento dessas mesmas memórias que estão na sua origem. Porque, tal como Ghiglione (op. cit.), acredito que “un discours n’est pas un “tas de mots”, mais un ensemble cohésif, cohérent et consistant”, mais do que a soma de palavras, penso que se deve procurar saber o que está para além delas, o que no discurso possibilita a textualização. Embora para isso, reconheça a dificuldade em cientificizar o que surge difusamente de “entre as brumas da memória”.

Bibliografia

- ANDERSON, J. 1995. *Cognitive Psychologie and its implications*. New York: Freeman and Company
- BAUDET, S. 1990. “Représentations cognitives d’état, d’événement et d’action” in FRANÇOIS, J. e DENHIÈRE, G. (dir.) 1990, pp. 45-64
- BURGUET, A. 1999. “Le lecteur, le texte et le contexte” in GHIGLIONE, R. 1999, pp. 65-73
- COOK, G. 1994. *Discourse and Literature*. Oxford. OUP
- DORTIER, J-F. (coord.) 1999. *Le cerveau et la pensée; La révolution des sciences cognitives*. Auxerre: Éditions Sciences Humaines
- FORSTER, K. I. (1976). “Accessing the mental lexicon” in WALES, R. J. & WALKER, E. (eds.) 1976. *News Approaches to Language Mechanisms*. Amsterdam. North-Holland, pp. 257-287
- FRANÇOIS, J. e DENHIÈRE, G. (dir.) 1990. *Cognition et Langage*. Langues, Décembre 1990, n°100
- FRANÇOIS, J. e DENHIÈRE, G. (dir.) 1997. *Sémantique Linguistique et Psychologie Cognitive*. Grenoble: PUG
- GANASCIA, J-G. 1999. *As ciências cognitivas*. Lisboa: Instituto Piaget

- GHIGLIONE, R. 1999. *Langage, Cognition, Situation*. Psychologie Française, Mars 1999, Tome 44 – n.º 1. Grenoble: PUG
- GHIGLIONE, R. 1999¹ “La pensée, le langage et la catégorie” in GHIGLIONE, R. 1999, pp. 19-31
- GOSSELIN, L. 1997, “Les études psycholinguistiques sur la compréhension des expressions ambiguës: une critique linguistique” in FRANÇOIS e DENHIÈRE 1997, pp. 75-115
- MAINGUENEAU, D. 1991, *L'Analyse du Discours: introduction aux lectures de l'archive*. Paris : Hachette.
- MATTHEI, E. & ROOPER, T. 1996. *Elementi di psicolinguistica: comprensione e produzione del linguaggio*. Bologna: Il Mulino.
- TIBERGHIE, G. 1999. “Mémoire ou mémoires” in DORTIER, J-F. (coord.) 1999. pp. 203-209
- VERSTIGGEL, J-C. 1997, “Le rôle du contexte dans la construction de la signification” in FRANÇOIS e DENHIÈRE 1997, pp. 19-50